CON MAIL DE NOIT

Junta de Freguesia

União das Freguesias de Coja e Barril de Alva

ATA NÚMERO ONZE

Aos vinte dias do mês de Agosto de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos,
na sede da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, reuniu em sessão ordinária o executivo
da Junta com a presença dos elementos que o compõem: presidente João Oliveira; secretário, Carlos
Ramos, e tesoureiro Luís Moura.
Aberta a sessão pelo presidente, iniciaram-se os trabalhos com a leitura da ata anterior, que foi
aprovada por unanimidade
De seguidos foram tratados os seguintes assuntos:
Correspondência
O secretário deu conta da correspondência entretanto recebida e que justificava análise e decisão
coletiva, a que foi dado o necessário encaminhamento
Deliberações / pagamentos
Após análise aos documentos apresentados pelo tesoureiro, foi deliberado autorizar a emissão de
requisições de compra do indispensável para o bom funcionamento dos serviços, bem como a
continuação dos trabalhos programados e efetuar os pagamentos agendados
Outras deliberações
Depois de analisados e revistos os documentos apresentados pelo tesoureiro, foi aprovada por
unanimidade a segunda revisão do Orçamento das Despesas, bem como a alteração número quatro
do mesmo documento e, consequentemente, as Opções do Plano para o ano em curso
Tendo em vista uma decisão definitiva sobre a legítima propriedade de um terreno no Prado,
adquirido por parcelas pelos executivos anteriores e tomando por base o esclarecimento do senhor
presidente em função das buscas efetuadas no serviço de Finanças de Arganil, o tesoureiro
apresentou um documento que reflete o desenrolar dos acontecimentos, como adiante se transcreve,
bem como uma proposta de solução
"Pelo facto de ter existido erro na indicação do artigo matricial escriturado aquando da aquisição
de uma parcela do terreno do Prado registado com o Artigo R-654, com a área de 10.394m2 (dez
mil, trezentos e noventa e quatro), não resta outra via de solução que não seja a reversão a favor do
antigo dono do artigo R-676 por troca pelo artigo U-1557. Para que isso seja possível, a junta de
freguesia terá que deliberar nesse sentido, dando poderes ao seu presidente para promover os
acordos necessários com os representantes do vendedor e outorgar toda a documentação necessária
à reposição da verdade dos factos. Acessoriamente, uma vez que se trata de assunto que envolveu

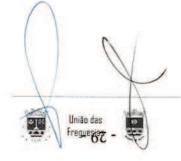


anteriores executivos, será de toda a conveniência dar conhecimento à Assembleia de Freguesia das conclusões a que chegou. Sintetizando:

- Pela Junta então presidida por Eugénio Fróis foram adquiridos oitocentos metros quadrados do artigo R-654;
- Pela Junta então presidida por Alfredo Piçarra foram adquiridos mais trezentos metros quadrados do mesmo terreno;
- Em 06/04/1994 foi feito um destaque de 1.100 m2 (mil e cem metros quadrados) a que foi atribuído o artigo U-1557, não havendo referência no destaque à existência de nenhum moinho no referido terreno;
- 4. Fruto desse destaque, o terreno com o registo R-654 ficou com 9.294m2 (nove mil, duzentos e noventa e quatro metros quadrados), ou sejam, os 10.394 m2 (dez mil, trezentos e noventa e quatro metros quadrados) menos o destaque de 1.100 m2 (mil e cem metros quadrados) identificados nos pontos 1 e 2;
- Em 1995 foi escriturada a compra do artigo R-676 quando, na realidade, o artigo adquirido foi o U-1557.
- 6. No dia 01/09/1999 foi registado pela senhora dona Maria de Lurdes um terreno com a área de 1.100m2 (mil e cem metros quadrados), onde constava uma construção de 82,5 m2 (oitenta e dois metros quadrados e meio), ou seja o moinho com um logradouro de 1.017,5 (mil, dezassete metros quadrados e meio) e ao qual foi atribuído o artigo U-1827.
- 7. Este registo foi promovido e acordado com o Sr. Alfredo Piçarra para legalização do moinho que julgava omisso e já propriedade da Junta pela compra referida em 1.
- 8. Em 15/10/2004 a Junta, presidida pelo senhor engenheiro Álvaro Calinas, adquiriu 9.294m2 (nove mil, duzentos e noventa e quatro) de terreno (área sobrante do artigo R-654) e, nas palavras das pessoas envolvidas no negócio, o "resto" do artigo R-654.

Á luz do conhecimento e da cronologia dos factos, facilmente se constata ter havido erro na identificação do artigo escriturado em 1995, reconhecendo o sr. Alfredo Piçarra e a herdeira dos bens da senhora dona Maria de Lourdes, sua única filha, que a área do artigo R-676, as confrontações muito próximas e o grande de número de propriedades da família, propiciaram o erro. Resumindo:

- Houve três momentos de compra: primeiro 800m2 que incluíam o moinho, segundo 300m2 e finalmente 9.294m2 que perfazem a área total do artigo R-654;
- Foi celebrada uma escritura no ano 1995 tendo em vista a legalização da compra, mas houve erro ao referir o artigo R-676;
- O moinho hoje já não existe mas tem (e sempre teve) registo autónomo sob o artigo U-1017;
- Ao ser anulada a escritura de 1995, haverá necessidade de escriturar em sua vez algo que represente o valor pago pela junta, ou seja o artigo U-1557;
- Porque, tendo sido escriturados 9.294m2 em 2004, falta escriturar o resto para os 10.394m2 que correspondem "ao todo" do terreno.



E, como um erro não vem só, o advogado da herdeira da senhora dona Maria de Lourdes promoveu a anulação dos artigos U-1017, U-1557 e U-1827, sob a justificação de que não eram pertença da sua cliente.

Pelo que fica exposto, não resta outra via de solução que não seja:

- Anulação da escritura de 1995 e reversão do artigo R-654 a favor do seu antigo proprietário;
- Manter a anulação dos artigos U-1017 e U-1827;

Encerramento

Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a sessão pelas vinte e três horas e trinta minute	minutos,
da qual foi lavrada a presente ata, que será assinada na próxima reunião depois de lida, discutida	ı e
aprovada	

João Manuel Rodrigues de Oliveira

Carlos Alberto Pereira dos Ramos

Luís Manuel Tavares de Moura

----- O espaço restante desta folha foi deixado propositadamente em branco ------





